

Por que ensinar variação linguística nas aulas de língua portuguesa?

RESUMO

Mariele Furtado de Barros Gomes
furtadobarros@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Juiz de Fora, Brasil.

O presente artigo tem como intenção discutir o ensino de variação linguística nas aulas de língua portuguesa, no ensino fundamental II, 6º ao 9º ano, a partir da análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Currículo Básico Comum e da Base Nacional Comum Curricular. Também considerar-se-á, para fundamentação do trabalho, entre outros, textos de Sírio Possenti, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Marcos Bagno e Lucia Furtado Mendonça Cyranka, visto que esses autores entendem o ensino da variação linguística como essencial para a formação da consciência linguística e do desenvolvimento da competência discursiva do discente.

PALAVRAS-CHAVE: variação linguística. PCN/ CBC/ BNCC. Ensino de língua portuguesa.

INTRODUÇÃO

“Numa época em que a discriminação em termos de raça, cor, religião ou sexo não é publicamente aceitável, o último baluarte da discriminação social explícita continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua.” (James Milroy)

A variação linguística no Brasil está ligada, segundo Bortoni-Ricardo (2005), “à estratificação social e à dicotomia rural-urbano. Pode-se dizer que o principal fator de variação linguística no Brasil é a secular má distribuição de bens materiais e o consequente acesso restrito da população pobre aos bens da cultura dominante” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.131). Contrapondo-se a essa realidade, o ensino de língua portuguesa ainda valoriza, em grande parte no currículo escolar e nas práticas docentes, a gramática normativa, afastando da sala de aula a análise reflexiva dos modos de falar e de escrever contemporâneos, uma vez que

[...] no Brasil, as diferenças linguísticas socialmente condicionadas não são seriamente levadas em conta. A escola é norteadada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado. O ensino da língua é de fato uma atividade impositiva (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 14).

Esse ensino da língua como atividade impositiva é regulado e norteadado pela gramática tradicional, que privilegia a memorização de nomenclaturas gramaticais, a conceituação de classes morfológicas e o ensino da língua por meio de frases isoladas e descontextualizadas. Todavia, nenhuma dessas práticas ajuda o estudante a aprender língua ou a aprender a língua padrão, conforme Possenti (1998).

[...] propor a uma criança de dois anos (ou menos) que faça tarefas como completar, procurar palavras dispersas, separar sílabas, fazer frases interrogativas, afirmativas, negativas, dar diminutivos, aumentativos, dizer alguma coisa vinte ou cem vezes, copiar, repetir, decorar conjugações verbais etc. Tudo isso se faz nas escolas, em maior ou menor quantidade. Nada disso se faz na vida real, porque nada disso ajuda ninguém a aprender uma língua. Em resumo, poderíamos enunciar uma espécie de lei, que seria: não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas. [...] O domínio de uma língua, repito, é o resultado de práticas efetivas, significativas, contextualizadas (POSSENTI, 1998, p. 47, grifos meus).

Afastados da realidade dos discentes, sem considerar o conhecimento linguístico trazido por eles, promovendo práticas descontextualizadas e impondo um conceito de língua baseado na memorização da taxionomia gramatical, o currículo e o ensino de língua portuguesa vêm sendo alvo de muitos estudos para que se possa efetivamente propor práticas de ensino de língua materna que promovam uma aprendizagem significativa, já que a insatisfação por parte dos

professores é lugar-comum no que diz respeito ao desempenho dos alunos, tanto na leitura quanto na escrita, principalmente, quando se leva em consideração os resultados das avaliações nacionais, nunca animadores. Outro fator importante a ser ressaltado ainda, conforme Cyranka (2014), é a questão do descompasso entre a variedade trazida pelos alunos e as variedades cultas, que são objeto quase único de ensino da escola nas aulas de língua portuguesa, e que poderia ser apontado como uma das causas de problemas bem conhecidos da educação brasileira, como o fracasso e a evasão escolar.

Para que se possa desenvolver um ensino significativo, é necessário promover o protagonismo do discente, fazendo-o refletir sobre a língua, validando seus conhecimentos prévios, demonstrando, conforme Possenti (1998), que “aprender uma língua é aprender a dizer a mesma coisa de muitas formas” (POSSENTI, 1998, p.92) e que utilizá-la é compreender as diferenças de sentido naquilo que se diz e como se diz em determinados contextos e condições.

Dessa forma, o estudo e a análise reflexiva das variações linguísticas em sala nas aulas de língua portuguesa se fazem necessários, uma vez que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998),

[...] é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Para isso, o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998, p. 82).

Com base nessa perspectiva, pretende-se analisar o que ressaltam os documentos oficiais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Currículo Básico Comum (CBC) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para o ensino da variação linguística nas aulas de língua portuguesa de 6º ao 9º ano do ensino fundamental II. Além disso, buscar-se-á fundamentar, por meio de arcabouço teórico, a relevância desse trabalho para a formação da consciência linguística e do desenvolvimento da competência discursiva do discente.

1. OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II, 6º AO 9º ANO

O ensino de Língua de Portuguesa começou a ser enfaticamente discutido a partir da década de 1980, quando a linguística, dissociada da tradição normativa e filológica, e os estudos em variação linguística e psicolinguística propuseram um novo olhar e estudo sobre como ensinar língua materna, além de apresentarem críticas pertinentes ao ensino tradicional, como

* a desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos;

* a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de texto;

- * o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais;
- * a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão;
- * o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos lingüísticos em frases soltas;
- * a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente, uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada (BRASIL, 1998, p.18).

Consoante esse cenário, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) são criados com o objetivo de “constituir-se como referência para as discussões curriculares da área – em curso há vários anos em muitos Estados e Municípios – e contribuir com técnicos e professores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas” (BRASIL, 1998, p. 17). Desse modo, o ensino de língua portuguesa ganha nova roupagem e uma revisão acerca das práticas docentes começa a ser feita, como o entendimento de uma ressignificação do “erro”, a admissão das variedades linguísticas a partir de uma reflexão sobre usos, contextos e identidade social e o estabelecimento do estudo da linguagem como ponto de partida e de chegada em sala de aula. Em conformidade com essa linha de ensino, Bortoni-Ricardo (2005) assinala que

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

A partir desse novo contexto de ensino de língua portuguesa, a variação linguística se estabelece como componente curricular relevante, visto que a ideia de uma língua única, próxima da modalidade escrita, de acordo com a gramática normativa, com os manuais ou com a prescrição “de certo e errado” da mídia, não se sustenta na realidade de uso da língua, como

[...] por exemplo, professores e gramáticos puristas continuam a exigir que se escreva (e até que se fale no Brasil!):

O livro de que eu gosto não estava na biblioteca,
Vocês vão assistir a um filme maravilhoso,
O garoto cujo pai conheci ontem é meu aluno,
Eles se vão lavar / vão lavar-se naquela pia,

quando já se fixou na fala e já se estendeu à escrita,
independentemente de classe social

ou grau de formalidade da situação discursiva, o emprego de:

O livro que eu gosto não estava na biblioteca,
Vocês vão assistir um filme maravilhoso,
O garoto que eu conheci ontem o pai é meu aluno,
Eles vão se lavar na pia (BRASIL, 1998, p. 30).

De fato, fazer da gramática normativa objeto único de estudo em sala de aula nas aulas de língua portuguesa não é coerente com a realidade dos estudantes nem com o uso da língua. Além disso, conforme Brasil (1998, p.30), “não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio”, caso contrário manter-se-ão o estigma e o preconceito acerca das variedades não padrão.

A gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento — toda língua viva é uma língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação. É uma fênix que de tempos em tempos renasce das próprias cinzas. É uma roseira que, quanto mais a gente vai podando, flores mais bonitas vão dando. E o professor também deve preferir ser uma “metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”, como cantava Raul Seixas (contrariando, nesses mesmos versos, a “velha opinião formada” de que o verbo preferir não pode ser usado com a construção do que...) (BAGNO, 1999, p.107).

Logo, para Bagno (1999), um ensino que abarque e reflita sobre os usos da língua portuguesa de acordo com os contextos reais e intenções do falante, seja na oralidade ou na escrita, faz-se mais importante e significativo para o estudante, é o que propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) com

[...] propostas de atividades que permitem explorar mais intensamente questões de variação linguística:

- * transcrição de textos orais, gravados em vídeo ou cassete, para permitir identificação dos recursos linguísticos próprios da fala;
- *edição de textos orais para apresentação, em gênero da modalidade escrita, para permitir que o aluno possa perceber algumas das diferenças entre a fala e a escrita;
- * análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, na mídia e nas artes, analisando depoimentos, filmes,

peças de teatro, novelas televisivas, música popular, romances e poemas;

- *levantamento das marcas de variação lingüística ligadas a gênero, gerações, grupos profissionais, classe social e área de conhecimento, por meio da comparação de textos que tratem de um mesmo assunto para públicos com características diferentes.

- * elaboração de textos procurando incorporar na redação traços da linguagem de grupos específicos;

- * estudo de textos em função da área de conhecimento, identificando jargões próprios da atividade em análise;

- * comparação de textos sobre o mesmo tema veiculados em diferentes publicações (por exemplo, uma matéria sobre meio ambiente para uma revista de divulgação científica e

outra para o suplemento infantil);

- * comparação entre textos sobre o mesmo tema, produzidos em épocas diferentes;

- * comparação de duas traduções de um mesmo texto original, analisando as escolhas estilísticas feitas pelos tradutores;

- * comparação entre um texto original e uma versão adaptada do mesmo texto, analisando as mudanças produzidas;

- * comparação de textos de um mesmo autor, produzido em condições diferentes (um artigo para uma revista acadêmica e outro para uma revista de vulgarização científica);

- * análise de fatos de variação presentes nos textos dos alunos;

- * análise e discussão de textos de publicidade ou de imprensa que veiculem qualquer tipo de preconceito lingüístico;

- *análise comparativa entre registro da fala ou de escrita e os preceitos normativos estabelecidos pela gramática tradicional (BRASIL, 1998, p.82-83).

Como se pode observar, são muitas as propostas de ensino nos PCNs (1998) que abarcam a variação lingüística e oferecem ao professor metodologias de trabalho que podem transformar as aulas de língua e a sala de aula em um laboratório de estudo da língua portuguesa, no qual o discente não analisa apenas a variação padrão, mas também, e principalmente, todas as outras variações do português brasileiro, que são legítimas e que contribuem para a formação da consciência lingüística e para o desenvolvimento da competência discursiva do estudante.

Sob esse viés, o estudo e a análise da variação da lingüística em sala de aula permite ao docente construir com o discente um conceito de língua mais adequado e significativo, levando em consideração o real uso da linguagem, já que, para Bakhtin (2006 apud CYRANKA, 2014), “o destino da palavra é o da sociedade que fala”.

O Currículo Básico Comum (CBC) de Língua Portuguesa é a matriz curricular do Estado de Minas Gerais que prevê “aspectos fundamentais de cada disciplina, que não podem deixar de ser ensinados e que o aluno não pode deixar de aprender. Ao mesmo tempo, estão indicadas as habilidades e competências que ele não pode deixar de adquirir e desenvolver” (MINAS GERAIS, 2008, Apresentação).

Conforme Minas Gerais (2008), “a importância dos CBCs justifica tomá-los como base para a elaboração da avaliação anual do Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), para o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) e para o estabelecimento de um plano de metas para cada escola” (MINAS GERAIS, 2008, Apresentação).

O ensino de Língua Portuguesa, de acordo com Minas Gerais (2008), sempre esteve ancorado no estudo da gramática normativa, privilegiando a forma em detrimento do sentido e da função sociocomunicativa, reduzindo a aprendizagem do estudante a análises fonéticas, morfológicas e sintáticas, que, se aprendidas, habilitariam automaticamente o aluno a ler e a escrever bem. Entretanto, essa proposta de ensino não só não apresentou bons resultados como também ajudou a criar mitos em torno do estudo da língua, de que é português é difícil, de que se fala como se escreve, que saber língua é saber gramática, entre outros equívocos que contribuíram “para sedimentar uma visão preconceituosa acerca das variedades lingüísticas, visão que opõe o “certo” e o “errado” e supõe, enganosamente, a existência de um padrão lingüístico homogêneo” (MINAS GERAIS, 2008, p.14).

Na realidade, Bagno (1999) aponta que

Os métodos tradicionais de ensino da língua no Brasil visam, por incrível que pareça, a formação de professores de português! O ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranóia classificatória, o apego à nomenclatura — nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta. Esforçar-se para que o aluno conheça de cor o nome de todas as classes de palavras, saiba identificar os termos da oração, classifique as orações segundo seus tipos, decore as definições tradicionais de sujeito, objeto, verbo, conjunção etc. — nada disso é garantia de que esse aluno se tornará um usuário competente da língua culta (BAGNO, 1999, p.108).

Por isso, a proposta de ensino de Língua Portuguesa, de acordo com CBC (2008), deve ser baseada na reflexão e no uso da língua, uma vez que

[...] as situações de ensino devem levar o aluno a rever o conceito de gramática, considerando as várias significações desse termo e o fato de existirem diferentes práticas discursivas orais e escritas, variedades diversas de língua

(dialetos e registros), cada qual com sua gramática e com suas situações de uso. Isso significa que, ao ensinar Língua Portuguesa, é preciso lembrar que ela não é uma só. Não se pode negar que é tarefa da escola ensinar o português padrão, já que esse, geralmente, o aluno não domina. Sendo, porém, a língua um fator de interação social, é preciso que a sala de aula seja um ambiente sem preconceitos e, mais que isso, que seja um laboratório verdadeiramente científico, que acolha os fatos lingüísticos com o objetivo de análise e reflexão (MINAS GERAIS, 2008, p.15).

Sob essa perspectiva de ensino de língua, o estudo das variações lingüísticas é muito relevante, visto que se propõe a aprendizagem a partir do uso observado e não a partir das regras, o que projeta o aluno em um campo real e significativo para manusear a língua materna, sendo, de acordo com Bagno (1999), papel do professor conscientizar o aluno

[...] de que a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta. Ninguém vai só de maiô fazer compras num shopping-center, nem vai entrar na praia, num dia de sol quente, usando terno de lã, chapéu de feltro e luvas... *Usar a língua, tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da adequabilidade e o da aceitabilidade* (BAGNO, 1999, p. 118, grifos meus).

Dessa forma, o Currículo Básico Comum de Língua Portuguesa (2008) propõe o seguinte trabalho com as variações lingüísticas, que é contextualizado dentro do tópico “Contexto de produção, circulação e recepção de textos”:

* Subtópico:

Variedades lingüísticas: relações com a situação comunicativa, o contexto de época, o suporte e as situações sociais de uso do gênero.

- Habilidades:

1.8. Identificar o destinatário previsto para um texto a partir do suporte e da variedade lingüística (+ culta / - culta) ou estilística (+ formal / - formal) desse texto.

1.9. Analisar mudanças na imagem dos interlocutores de um texto ou interação verbal em função da substituição de certos índices contextuais e situacionais (marcas dialetais, níveis de registro, jargão, gíria) por outros.

1.10. Relacionar tópicos discursivos, valores e sentidos veiculados por um texto a seu contexto de produção, de circulação e de recepção (objetivo da interação textual, suportes de circulação, o lugar social do produtor, contexto histórico, destinatário previsto...).

1.11. Relacionar gênero textual, suporte, variedade lingüística e estilística e objetivo comunicativo da interação.

1.12. Relacionar os gêneros de texto às práticas sociais que os requerem.

1.13. Reconhecer, em um texto, marcas da identificação política, religiosa, ideológica ou de interesses econômicos do produtor.

1.14. Participar de situações comunicativas, – empregando a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero;

– respeitando, nos gêneros orais, a alternância dos turnos de fala que se fizer necessária;

– assumindo uma atitude respeitosa para com a variedade lingüística do interlocutor; – reconhecendo a variedade lingüística do interlocutor como parte integrante de sua

identidade.

1.15. Retextualizar um texto, buscando soluções compatíveis com o domínio discursivo, o gênero, o suporte e o destinatário previsto (MINAS GERAIS, 2008, p. 34-35).

Já no tópico “A linguagem verbal: modalidades, variedades, registros”, o CBC (2008) propõe o seguinte trabalho de análise das variações lingüísticas:

*Subtópico:

Variação lingüística e estilística: • fatores históricos (o passado e o presente), geográficos (o contínuo rural—urbano), sociológicos (gênero, geração, classe social) e técnicos (diferentes domínios da ciência e da tecnologia); • manifestações fonéticas, lexicais, morfológicas e sintáticas; • o contínuo da monitoração estilística: registros menos ou mais monitorados. • Prestígio e preconceito lingüístico.

- Habilidades:

19.4. Identificar fatores relacionados às variedades lingüísticas e estilísticas de textos apresentados.

19.5. Avaliar o uso de variedades lingüísticas e estilísticas em um texto, considerando a situação comunicativa e o gênero textual.

19.6. Adequar a variedade lingüística e/ou estilística de um texto à situação comunicativa e ao gênero do texto.

19.7. Mostrar uma atitude crítica e não preconceituosa em relação ao uso de variedades

lingüísticas e estilísticas.

19.8. Reconhecer a manifestação de preconceitos lingüísticos como estratégia de discriminação e dominação (MINAS GERAIS, 2008, p. 56).

Como se observa na proposta de ensino do CBC (2008), a variação linguística constitui um importante conteúdo a ser ensinado nas aulas de língua portuguesa, já que permite um trabalho amplo e complexo com a língua, desde a análise linguística até a produção de textos em gêneros orais e escritos, já que, segundo Cyranka (2004), cabe à escola, “no que se refere ao trabalho com a língua materna, levar o aluno a desenvolver habilidades e competências para utilizar adequadamente esse patrimônio comum de sua comunidade” (CYRANKA, 2004, p.83).

Desse modo, o docente pode propor atividades em sala de aula que envolvam a análise linguística a partir de variados gêneros textuais, como tirinha, cartum, charge, ou outros, levando o discente a observar o uso da língua, a produção daquele discurso considerando fatores históricos, geográficos, sociológicos e técnicos. Além disso, as atividades podem envolver também retextualização, dos gêneros orais para os escritos, por exemplo, da entrevista oral para a escrita, da palestra para a resenha dessa, entre outras propostas de trabalho com a língua e a variação, sempre sob o ótica reflexiva, partindo do uso real da linguagem.

3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II, 6º AO 9º ANO

A Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2017, é um documento normativo que organiza e define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens que aos estudantes devem desenvolver em todas as etapas da Educação Básica.

O componente de Língua Portuguesa apresentado pela BNCC busca dialogar com os documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tentando atualizá-los em relação às pesquisas educacionais recentes e também com relação às tecnologias digitais da informação e comunicação.

No que diz respeito às variações linguísticas, a BNCC propõe que

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2017, p.79).

Todavia, ao se buscar referências, tópicos, competências ou formas de trabalho propostas em Língua Portuguesa a respeito da variação linguística, encontram-se fragmentos bem limitados, a exemplo do que se propõe de maneira geral para o ensino fundamental, anos finais, no “Eixo da Análise Linguística/Semiótica”

- Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos.
- Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica (BRASIL, 2017, p. 81).

Há uma pequena referência de trabalho com variação linguística na seção “Práticas de Linguagem”, para todos os campos de atuação, em “Análise Linguística/Semiótica”, indicada para 6º ao 9º ano:

(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.

(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada (BRASIL, 2017, p.158-159).

É notória a abordagem simplista sobre o ensino de variação linguística proposta pela BNCC, basta reavaliar as propostas dos PCNs e do CBC para se perceber o abismo entre essas e aquela. Além disso, é bastante enfático que o objetivo na BNCC não é promover um ensino das variações linguísticas, é propor o ensino da variação padrão, como tematiza o item EF69LP56 citado acima. Segundo Bagno (2003), “para haver alguma mudança nos conceitos de língua “certa” e língua “errada”, é preciso que também haja, ao mesmo tempo, uma grande e radical transformação das relações sociais” (BAGNO, 2003, p.31), pois só assim o ensino de língua materna poderá se efetivar no desenvolvimento da consciência linguística e da competência discursiva do estudante.

Ainda conforme Bagno (1999),

Não se pode negar que os Parâmetros Curriculares Nacionais representam um grande avanço para a renovação do ensino da língua portuguesa. Vamos tentar adquirir, copiar, ter sempre à mão esses Parâmetros para nos defender das pessoas que nos cobram um ensino à moda antiga: “Olha aqui, ó, o Ministério da Educação tá dizendo que a gente deve ensinar de uma maneira diferente, nova, atualizada. Ou você quer que seu filho continue aprendendo coisas que não servem mais para nada?” (BAGNO, 1999, p.128).

Há, por fim, uma última referência ao trabalho com variação linguística no ensino fundamental, mas apenas para o 8º e 9º anos na seção “Prática de Linguagem”, para todos os campos de atuação, em “Análise Linguística/Semiótica”, que propõe: “(EF09LP12) Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso” (BRASIL, 2017, p.189). Como se pode avaliar, a variação linguística é abordada na BNCC de forma totalmente

superficial, assim como a própria língua portuguesa que é apresentada em conteúdos, mais uma vez, sob a ótica da gramática normativa.

Cyranka (2014) alerta que

Muitos são os fatores ligados ao fracasso dos alunos no desenvolvimento de suas competências de leitura e escrita. Dentre eles, destacamos a grave distorção, geralmente praticada nas escolas, relativamente à seleção dos aspectos do trabalho com a linguagem a serem enfocados. Sabe-se que a insistência na taxionomia, nas classificações, nas descrições teóricas e nos aspectos normativos da língua a partir de usos literários, desvinculados das práticas linguísticas contemporâneas são, sem dúvida, os mais importantes (CYRANKA, 2014, p. 157).

Em vista desses fatores, Bortoni-Ricardo (2005) ressalta que deve ser

[...] objetivo da pedagogia culturalmente sensível criar em sala de aula ambiente de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos. Tal ajustamento nos processos interacionais é facilitador da transmissão de conhecimento, na medida em que se ativam nos educandos processos cognitivos associados aos processos sociais que lhes são familiares (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 128).

Dessa forma, embora a Base Nacional Comum Curricular, em sua apresentação, registre que se dispõe a dialogar com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, não é possível verificar em sua composição curricular um trabalho amplo e complexo com a variação linguística como o proposto pelos PCNs. O que se observa, pela brevidade das referências, é que, mais uma vez, o trabalho com as variações linguísticas ficou em segundo plano, abrindo ainda mais espaço para o ensino de gramática normativa nas aulas de língua portuguesa, visto que “uma coisa é o estudo da gramática e outra é o domínio ativo da língua” (POSSENTI, 1998, p. 59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos documentos oficiais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Currículo Básico Comum e da Base Nacional Comum Curricular, e da fundamentação teórica sob a perspectiva dos textos de Sírio Possenti, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Marcos Bagno e Lucia F. Mendonça Cyranka foi possível entender que o ensino da variação linguística é essencial para a formação da consciência linguística e para o desenvolvimento da competência discursiva do discente, uma vez que o estudante de língua portuguesa deve construir um

conceito amplo e complexo do funcionamento da língua, o que apenas o ensino da língua sob a ótica da gramática normativa não é capaz de fornecer.

Assim, também foi possível perceber que a proposta de trabalho apresentada pelos PCNs e pelo CBC é mais completa e dinâmica, além de mais esclarecedora para o professor, visto que demonstra metodologias pedagógicas que podem ser utilizadas pelo docente e, ainda, atividades de reflexão, uso e produção de textos que abordam a variação linguística.

Ainda pode se analisar a proposta para o ensino de variação linguística trazido pela BNCC, que não contempla atividades ou metodologias pedagógicas de reflexão, uso ou produção de textos como os outros documentos. A Base, ao contrário, apresenta referências bastante breves e limitadas quanto a esse conteúdo, destinando grande parte de sua organização curricular ao descritivismo de práticas centradas na gramática normativa.

Conforme os textos dos estudiosos apresentados, o estudo da variação linguística é muito relevante, porque se parte do uso real da língua para uma reflexão a respeito de outros usos que se pode fazer, inclusive o uso da norma-padrão. Dessa forma, evita-se um descompasso entre a variedade trazida pelos estudantes e a variedade padrão abordada com ênfase na escola, já que o professor aproximará sua prática e as atividades propostas à realidade do educando, além de não se basear o estudo da língua em práticas impositivas, descontextualizadas e sem significado.

Portanto, o estudo de língua portuguesa deve ser pensado com objetivos claros para o uso efetivo e real da linguagem, capacitando o aluno para utilizar a língua adequada a cada contexto em que se encontrar, apropriando-se de estratégias comunicativas que favoreçam seu discurso, além de entender que as práticas de linguagem na escola contribuem para que ele se torne um falante competente de sua língua e não que o diga, apenas, “isso é certo ou errado”. É sob essa perspectiva que as variações linguísticas contribuem para a formação da consciência linguística e para o desenvolvimento da competência discursiva do discente.

WHY TEACHING LINGUISTIC VARIATIONS IN PORTUGUESE LANGUAGE CLASSES?

ABSTRACT

This article intends to discuss the teaching of linguistic variation in Portuguese language classes, in primary education II, 6th to 9th year, based on the analysis of the National Curricular Parameters, the Common Basic Curriculum and the National Curricular Common Base. It will also be considered, in order to justify the work, among others, texts by Sírio Possenti, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Marcos Bagno and Lucia Furtado Mendonça Cyranka, since these authors understand the teaching of linguistic variation as essential for the formation of linguistic awareness and the development of the student's discursive competence.

KEYWORDS: linguistic variation. PCN / CBC / BNCC. Portuguese language teaching.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A norma oculta** - língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Preconceito linguístico** - o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora?** São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL/MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça. **Dos dialetos populares às variedades cultas**: a Sociolinguística na escola. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

MINAS GERAIS. Currículo Básico Comum: Língua Portuguesa – Ensino Fundamental de 6^a à 9^a série. Belo Horizonte: SEE-MG, 2008.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

Recebido: 19 ago. 2018

Aprovado: 06 mar. 2019

DOI: 10.3895/rl.v21n32.8714

Como citar: GOMES, Mariele Furtado de Barros. Por que ensinar variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa? *R. Letras*, Curitiba, v. 21, n. 32 p. 145-159, mar. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

